

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Exercício de 2013

O Balanço Consolidado gerado através do sistema e-Sfinge diverge do Balanço Consolidado apurado pelo Setor de Contabilidade deste Município.

Apresentaram diferenças os totais dos valores das Receitas Arrecadadas e das Despesas Realizadas. Após comparação dos relatórios, verificou-se que as divergências apontadas são oriundas das Unidades Gestoras "FUNSERVIR - Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público" e "Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú".

Os totais das Receitas Arrecadas Consolidadas apuradas pelo Setor de Contabilidade é de R\$ 566.488.579,33 (quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos).

No tocante às Despesas Realizadas Consolidadas, o montante apurado pelo Setor de Contabilidade é de R\$ 464.404.101,25 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quatrocentos e quatro mil cento e um reais e vinte e cinco centavos).

As diferenças impactam não somente o nível das contas contábeis citadas bem como os resultados apurados dos balanços.

Juntamente com as Notas Explicativas dos demais demonstrativos, seguem o Balanço Orçamentário (Anexo 12), Balanço Patrimonial (Anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15).

Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Seg. as Naturezas

O Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, demonstrando o superávit ou déficit apurado entre receitas e despesas dentro de cada das Categorias Econômicas. O

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas demonstra no 'Resumo' o resultado apurado da diferença entre as receitas e despesas e as transferências financeiras recebidas e concedidas durante o exercício financeiro, da mesma forma que o Anexo 12 – Balanço Orçamentário.

Anexo 12 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário foi elaborado conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário do exercício. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, permitindo uma análise e comparativo entre os mesmos. O resultado da execução orçamentária foi superavitário em R\$ 102.084.478,08, demonstrando gastos inferiores aos valores arrecadados durante o exercício.

Anexo 13 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro foi elaborado conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O saldo financeiro total para o exercício seguinte é de R\$ 359.783.237,01, incluso nesse valor os ativos financeiros do RPPS no valor de R\$ 170.570.740,28, e demais ativos vinculados da administração Direta e Indireta do Município. Durante o exercício também foram inscritos em Restos a pagar o montante de R\$ 37.143.493,69.

As provisões para perdas em investimentos do RPPS somaram R\$ 13.033.382,07 e representa 7,62% do ativo total em 31/12/2013.

Anexo 14 – Balanço Orçamentário

O Balanço Patrimonial foi elaborado conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:

- (a) Ativo - compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos;
- (b) Passivo compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões;
- (c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos;

As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 315.947.844,68, sendo R\$ 170.018.197,78 do RPPS.

No Saldo Patrimonial, está evidenciado o resultado do período apurado no Anexo 15 -Demonstração das Variações Patrimoniais acrescido aos resultados acumulados de períodos anteriores.

Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais e afetam o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo Deficitário no valor de R\$ (84.032.109,36). O cancelamento de Dívida Ativa no valor de R\$ 2.245.788,64, foi baseado em Processos Administrativos devidamente analisados pelos setores competentes e encontram-se arquivados para análise por

parte do controle externo. Os Precatórios do exercício foram todos quitados bem como foram inscritos os do exercício seguinte, conforme determinação legal. O município contraiu Operação de Crédito durante o exercício para financiamento de obra pública que se encontra em andamento. Durante o exercício também foram cancelados Restos a Pagar na ordem de R\$ 1.447.634,00. Em detrimento as normas de contabilidade foram provisionadas o valor de R\$ 161.245.665,14 para possíveis perdas com a Dívida Ativa e que impactou consideravelmente no Déficit verificado no Exercício. Com relação ao RPPS foram registradas as provisões e reversões advindas do Cálculo Atuarial realizado no exercício, sendo que o RPPS contribuiu com 45,79% para o resultado deficitário apurado no exercício na consolidação das contas anuais do município.

Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa

A Demonstração da Dívida Fundada foi elaborada conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as Operações de Créditos, os Débitos Consolidados e Precatórios inscritos e movimentados durante o exercício, demonstrando ainda o saldo da dívida para o exercício seguinte. A análise do anexo demonstra que o Município movimentou no exercício o montante de R\$ 49.109.319,94, entre inscrição e baixas de dívidas. Todos os precatórios a vencer foram inscritos conforme determinação legal, tendo seus valores inclusos na Lei do Orçamento para o exercício seguinte representando 65,39% do total da dívida a pagar. Não foram contraídos novos empréstimos no exercício.

Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante

A Demonstração da Dívida Flutuante foi elaborada conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Representa as obrigações a pagar, exigíveis no curto prazo, exclusivamente do Passivo Financeiro, incluindo os Restos a Pagar Não Processados que representam as despesas empenhadas

e ainda não liquidadas/executadas. O valor total exigível, apurado em 31/12/2013 é de R\$ 44.168.417,31, sendo o maior valor para a conta de Restos a Pagar não Processados.

Balneário Camboriú, 27 de Fevereiro de 2014.

GUSTAVO MANOEL ESPÍNDOLA

CONTADOR

CRC/SC-032207/O-0